



## SOCIEDADE ABERTA

## Boas mas impraticáveis ideias



**Domingues de Azevedo**  
Bastonário da  
Ordem dos Técnicos  
Oficiais de Contas

O Verão, que começa oficialmente hoje, promete ser um dos mais turbulentos e atarefados para a classe política nacional.

Enquanto por cá o “trabalho de casa” continua a ser feito, mesmo que à custa do esmagamento da economia portuguesa, as atenções das nossas autoridades políticas e financeiras concentram-se noutros parceiros latinos da União Europeia, nomeadamente a Espanha e Itália – o último foco dos nervosos e impacientes mercados e agências de notação financeira.

A Grécia, ao fim de muita indefinição, já tem governo, mas nem essa pretensa estabilidade política é suficiente para acalmar as águas agitados em que navega o projeto europeu. Perante este cenário, no mínimo inquietante, o que se pode afirmar, com alguma margem de certeza, é que quase nada depende de nós. A volatilidade atingiu tal dimensão, que o nosso futuro dentro da zona euro aos outros pertence.

Em Portugal, a paz social é o nosso único consolo. O povo continua a ser massacrado pelos impostos, dezenas de empresas e lojas fecham diariamente, ao passo que outras preferem partir em busca de mercados internacionais mais sossegados e atrativos.

Nunca a carga fiscal esteve tão esticada. E os números não enganam: os portugueses precisaram de trabalhar 155 dias, ou seja, mais de cinco meses, para cumprir com todas as obrigações fiscais em termos de impostos, desde o IRS ao IVA, passando pelo IMI ou pelo ISP. Não pretendemos diabolizar o ato de pagar impostos, bem pelo contrário, até porque é uma prática incontornável e necessária da vida organizada em comunidade, o que se critica é a desigual distribuição do esforço fiscal, continuando a pressão tributária a incidir de forma desmesurada sobre os rendimentos do trabalho.

A proposta apresentada na terça-feira por Miguel Cadilhe, que recomendou ao Parlamento e ao governo, a criação de um imposto extraordinário sobre a riqueza líquida de toda a economia, e em que a verba recolhida devia depois ser usada na totalidade para amortizar a dívida pública, corresponde, em minha opinião, a um esforço para tentar redistribuir a riqueza de forma diferente, mas fica a faltar explicar a fórmula para concretizá-la.

Apesar da proposta do ex-ministro das Finanças, classificada de «solidária», aparentemente não abranger as PME e os pobres, o simples facto de não definir de forma clara os contornos leva a temer que sejam os mais vulneráveis a sofrer as consequências.

Não quero com isto dizer que me violenta a tributação sobre a riqueza numa lógica de justiça social, bem pelo contrário, mas sem ser uma ideia assente em bases sólidas, desprovida de debate e consenso alargado, seria mais oportuno, avançar, por exemplo, com a recuperação do imposto sobre sucessões e doações, extinto em 2003 pelo governo de Durão Barroso, através do auxílio das mais recentes tecnologias e de uma conceção necessariamente dotada de maior agilidade.

Sou partidário de que todas as ideias devem ser aproveitadas e repescadas, se tiverem mérito para tal, mas sem maturação suficiente, podem incorrer em erros com consequências imprevisíveis. Pior a emenda que o soneto, como diz a sabedoria popular. É que de boas, mas impraticáveis ideias, está o país cheio. ■

*Artigo escrito ao abrigo do  
Novo Acordo Ortográfico*